

**6. CPE.23.21. DMOSM: Lote 2 - Eu Já Passo Aqui - Proposta de aprovação de indemnização por prorrogação de prazo.**

Propõe-se a aprovação, pela Câmara Municipal, da indemnização pela prorrogação de prazo de 104 dias, relativa à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos, no valor de 66.590,16€ + IVA, com vista à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do artigo 354º do CCP, da empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

**Assunto: CPE.23.21.DMOSM: Lote 2 - Eu Já Passo Aqui - Proposta de aprovação de indemnização por prorrogação de prazo**

**PROPOSTA:** Relativamente à empreitada em assunto, propõe-se **a aprovação**, pela Câmara Municipal, da indemnização pela prorrogação de prazo de 104 dias, relativa à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos, no valor de **66.590,16€ + IVA**, com vista à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do artigo 354º do CCP, de acordo com a análise constante da informação técnica do gestor do contrato, que se anexa e faz parte integrante desta proposta.

**A Chefe de Divisão**

**Anexos:**

- 
1. Informação técnica;
  2. Pedido de indemnização apresentado pela EE

**Processo Obra:** 2022/300.10.001/115

**Registo de entrada:** E/21675/2023

**Requerente:** Alexandre Barbosa Borges, SA

**Informação:** I – 37049 de 05/05/2023

**Assunto:** Lote 2 – Eu Já Passo Aqui - resposta ao pedido de indemnização por prorrogação de prazo

#### **PEDIDO APRESENTADO:**

A entidade executante da empreitada do Lote 2 – Eu Já Passo Aqui, apresentou um pedido de indemnização por prorrogação de prazo em 31/03/2023, referente à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados preparatórios e acessórios à execução dos trabalhos, no valor de 66 590,16€, calculada com base no valor diário do estaleiro, de acordo com o seguinte:

- artigo 1.1:  $96\,043,50\text{ €} / 150\text{ dias} = 640,29\text{ €/dia} \rightarrow 104\text{ dias} \times 640,29\text{ €/dia} = 66\,590,16\text{ €}$

#### **ANÁLISE:**

Analizada a pretensão da empresa Alexandre Barbosa Borges, SA, cumpre-me informar o seguinte:

A reposição do equilíbrio financeiro do contrato, tratado de forma ampla e abrangente no artigo 282.º do *Código dos Contratos Públicos*, mas de forma particular para as empreitadas de obras públicas no artigo 354.º, é um instituto destinado a assegurar ao cocontratante particular o respeito da **equação económico-financeira** subjacente à base contratual, sempre que a mesma tenha sido desequilibrada.

Neste caso concreto, e por força das modificações objetivas do contrato, traduzidas em trabalhos complementares e prorrogações de prazo devidamente fundamentadas e aprovadas, os pressupostos inicialmente outorgados foram alterados pondo em causa a equação económico-financeira subjacente.

O prazo total da empreitada foi prorrogado por 104 dias, devido a trabalhos complementares.

O pedido de indemnização agora apresentado refere-se às despesas relacionadas com a manutenção do estaleiro durante o prazo de 104 dias e aos restantes trabalhos incluídos no artigo 1.1 da lista de preços unitários.

O artigo 1.1 tem um preço unitário de 96 043,50 €, valor previsto para 150 dias (5 meses) de prazo. Tendo sido considerado 30% para a montagem de estaleiro e estabelecido um valor mensal de 19 208,70€, correspondente a 20% do valor do artigo, para manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos.

Tendo em conta que a prorrogação de prazo concedida que confere direito à reposição do equilíbrio financeiro são 104 dias, i.e. 3,47 meses (104/30), o valor da indemnização deverá corresponder a 69,33% do valor do artigo 1.1 (20% x 104/30).

Face ao atrás exposto, verifica-se que o valor da indemnização solicitada é de 66 590,16 €, salvaguardando-se assim o prescrito no n.º 6 do artigo 282º do CCP “*A reposição do equilíbrio financeiro não pode colocar qualquer das partes em situação mais favorável que a que resultava do equilíbrio financeiro inicialmente estabelecido, não podendo cobrir eventuais perdas que já decorriam desse equilíbrio ou eram inerentes ao risco próprio do contrato*”.

## PROPOSTA

Nestes termos propõe-se a **aprovação**, pela Câmara Municipal, **do valor de 66 590,16€**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, como indemnização devida à prorrogação de prazo, com vista à reposição do equilíbrio financeiro, para o que deverá ser previamente registado o cabimento / compromisso.

À consideração superior.

O gestor do contrato,



Exmos. Senhores,  
Município de Braga  
Praça do Município  
4704-514 Braga

Correio Registado C/AR

Assunto:	N.º Ref.º	Data:
Sobrecustos de Estaleiro	GT0160/2023	31/03/2023

CO 21/063 "Eu já passo aqui - Lote 2"

Exmos. Senhores,  
Os nossos cumprimentos.

Na sequência da celebração das Modificações Objetivas do Contrato ("MOC") 1, 2 e 3 foi prorrogado o prazo de execução num total de 104 dias (15 + 74 + 15), contudo, nos referidos adicionais não foi contemplada a verba relativa à rubrica "Estaleiro" correspondente ao prazo prorrogado.

Nesta medida, considerando que a verba relativa ao Estaleiro ascende ao montante diário de 640,29€ (96.043,50€ : 150), tendo em conta a prorrogação do prazo por 104 dias, assiste à Entidade Executante ("EE") o direito a ser ressarcida pela quantia de 66.590,16€ (640,29 x 104 dias).

Assim, tendo em conta que, com a celebração da MOC 3 fica estabilizado o objeto do contrato e a prorrogação total do seu prazo de execução em 104 dias, requer-se o pagamento da quantia global de 66.590,16€ a título de reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do disposto nos artigos 282.º e 354.º, do CCP, por via da manutenção, por mais tempo, dos recursos afetos à execução do contrato por motivo não imputável à EE.

Dito isto, face às boas relações mantidas entre as partes, ao espírito de colaboração e de coadjuvação sempre manifestado ao longo da execução desta empreitada, a EE está convicta de que V.ªs Ex.ªs terão a proficiência de aceder ao aqui solicitado, por ser justo e devido, disponibilizando-se a EE para prestar qualquer esclarecimento adicional que entendam por pertinente.

Antecipadamente gratos pela atenção dispensada ao assunto, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração,

A Administração,